



Número: **0600615-87.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Vitor Roberto Silva**

Última distribuição : **02/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600735-48.2020.6.16.0092**

Assuntos: **Irregularidades dos Dados Publicados em Pesquisas Eleitorais, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral, Mandado de Segurança**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança Cível com pedido de liminar nº 0600615-87.2020.6.16.0000 impetrado por Braslopes Pesquisas Ltda. em face da decisão que concedeu liminar para determinar a suspensão de divulgação, por qualquer meio dos dados e resultados da pesquisa sob Nº PR-07891/2020, realizada e de responsabilidade pela Braslopes Pesquisas Ltda., e consignou que o descumprimento de qualquer preceito desta decisão ensejará a aplicação das penalidades constantes do art. 33 da Lei 9504/97 e art. 17 da Res TSE nº 23.600/19, entre as quais a aplicação de multa no valor de R\$ 53.205,00 à R\$ 106.410,00 por cada ato de descumprimento, sem prejuízo de configuração de crime de desobediência do art. 347 do Código Eleitoral, nos autos de Impugnação do Registro de Pesquisa nº 0600735-48.2020.6.16.0092 que, na forma do art. 33 § 4º c/c com o art. 16 §1º da Res. TSE n.º 23.600/2019, ajuizada pelo Cidadania em face da impetrante, vez que a empresa pretende realizar pesquisa eleitoral visando colheita de dados das eleições majoritárias no município de Goioerê, registrada sob nº PR-07891/2020 no TSE, as quais estariam eivadas de irregularidades e violações à Lei n.º 9.504/97 e à Resolução TSE n.º 23.600/2019 e afirma que em momento anterior, pesquisa que também a requerida pretendia realizar no município já teria impugnação aceita por este juízo por diversas irregularidades, as quais parcialmente teriam sido repetidas também nesta última: o plano amostral declarado pela requerida seria composto de 385 entrevistados, destacando estranheza de que na primeira a coleta de dados se daria em dois dias, enquanto esta última objeto do pedido, se daria em um só dia e exatamente no dia do registro da pesquisa, havendo indícios de possível irregularidade quando comparado com trabalho similar também registrado para ser realizado no município por outra empresa e indevida tentativa de reaproveitamento de dados de coleta anterior que já teria sido declarada irregular; omissão de dados dos candidatos à vice-prefeito; margem de erro inadmissível; ausência de indicação no plano amostral dos percentuais cabíveis às regiões do município de forma estratificada; ausência de ponderação; ausência de disco a ser utilizado quando da pesquisa estimulada, das regiões do município, interesse duvidoso do contratado e possível caracterização de doação de serviço à candidato além de divergência dos percentuais indicados do plano amostral com a fonte pública declarada utilizada como parâmetro do trabalho (Requer: a concessão do provimento liminar, de forma "inaudita altera pars", com o escopo de anular a decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 92ª ZE, concedendo a liminar a fim de que seja autorizada a divulgação da pesquisa; b) no mérito, julgar totalmente procedentes os fundamentos apresentados, a fim de que seja deferida a segurança pleiteada, eis que demonstrado o direito líquido e certo do impetrante, bem como a urgência e a irreparabilidade do dano).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado                  |         |
|---|--------------------|--|---------|
| BRASLOPES PESQUISAS LTDA (IMPETRANTE)                 |                    | MARCELO APARECIDO RODRIGUES RIBEIRO (ADVOGADO) |         |
| JUÍZO DA 92ª ZONA ELEITORAL DE GOIOERÊ PR (IMPETRADO) |                    |  |         |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)        |                    |  |         |
| Documentos  |                    |  |         |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento                                      | Tipo    |
| 21572966  | 30/11/2020 16:43   | <a href="#">Decisão</a>                        | Decisão |



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - Processo nº 0600615-87.2020.6.16.0000 - Goioerê - PARANÁ**

[Irregularidades dos Dados Publicados em Pesquisas Eleitorais, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral, Mandado de Segurança]

**RELATOR: VITOR ROBERTO SILVA**

**IMPETRANTE: BRASLOPES PESQUISAS LTDA**

Advogado do(a) IMPETRANTE: MARCELO APARECIDO RODRIGUES RIBEIRO - PR0054270A

**IMPETRADO: JUÍZO DA 92ª ZONA ELEITORAL DE GOIOERÊ PR**

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por BRASLOPES PESQUISAS LTDA em face de ato praticado pelo Juízo da 92ª Zona Eleitoral de Goioerê/PR, consubstanciado na decisão que deferiu tutela liminar para a suspensão de divulgação de pesquisa eleitoral pleiteada no bojo do Autos de Representação Eleitoral nº 0600735-48.2020.6.16.0092 e registrada perante a Justiça Eleitoral sob nº 07891/2020.

Pugnou pelo recebimento e processamento do presente mandado de segurança, com a concessão da liminar, de forma *inaudita altera parte*, para o fim de suspender a decisão interlocutória proferida pelo Juízo de origem, concedendo liminar com objetivo de autorizar a divulgação da pesquisa, bem como, ao final, fosse conformada a liminar em definitivo e deferida a segurança pleiteada.



A liminar foi indeferida (ID 16417616) pelo juiz de plantão, decisão que foi ratificada por este relator (ID 16997416)

A Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se (ID 21229516) pela denegação da segurança, em razão da perda superveniente de objeto, haja vista que este se esvaiu com a realização da votação.

É o relatório.

Decido, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 31, IV, a, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

O presente mandado de segurança foi impetrado visando reformar sentença que determinou a suspensão de divulgação pesquisa de opinião. Ora, ultrapassado o período de propaganda eleitoral e concluídas as eleições municipais, não havendo segundo turno no município, não existe mais resultado prático possível na análise de eventual irregularidade de veiculação pesquisa, indicando manifesta inutilidade do provimento a ser proferido por este Tribunal.

Posto isso, extingue-se o processo sem resolução de mérito, nos precisos termos do art. 485, VI, 2ª figura, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 30 de novembro de 2020.

**DES. VITOR ROBERTO SILVA – RELATOR**

